

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.057.951 - PE (2017/0035615-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE** : **MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**  
**PROCURADOR** : **ANDRÉ LINS E SILVA PIRES E OUTRO(S) - PE024335**  
**AGRAVADO** : **BANCO RODOBENS S/A**  
**ADVOGADOS** : **JEFERSON ALEX SALVIATO E OUTRO(S) - SP236655**  
**THALITA SAMARA DO VALLE XAVIER - PE041566**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXORBITÂNCIA CONFIGURADA. POSSIBILIDADE DE REVISÃO. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial da agravante, por força do óbice da Súmula 7 do STJ.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fl. 1092/1093):

DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL DECISÃO TERMINATIVA. RECURSO IMPROVIDO. O ENTE TRIBUTANTE COMPETENTE PARA O RECOLHIMENTO DE ISS É AQUELE ONDE FOI EFETIVAMENTE PRESTADO O SERVIÇO. SÚMULA 52 DO TJ/PE. TERRITORIALIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

I. Trata-se de interposição de Recurso de Agravo Legal contra decisão terminativa monocrática que negou seguimento a Apelação Cível e ao Reexame Necessário, com fulcro no art. 557, caput, e §1º do CPC, c/c o art.74, VIII, do RI/TJ-PE.

II. A jurisprudência dominante deste Tribunal de Justiça é no sentido de que o ente tributante competente para o recolhimento de ISSQN é aquele onde foi efetivamente prestado o serviço.

III. Aplicação da Súmula nº 52 deste Tribunal, segundo a qual "A competência para cobrança do ISSQN é do Município em cujo território se realizou a prestação do Serviço".

IV. Em que pese a literalidade da aliena "a", do art. 12, do Decreto-lei nº 406/68, na redação anterior à Lei Complementar nº 116/03, a jurisprudência local consolidou-se no sentido de que o município onde é prestado o serviço é o competente para exigir o ISS, por força da sistemática constitucional, que adota o critério da territorialidade para fixação da competência me matéria tributária tributária (Apelação Cível nº 186963-2; 8a Câmara Cível; Relator Ivo de Paula Guimarães; Data de julgamento 23/11/2009.

V. Inexiste qualquer fato novo capaz de suplantar a decisão tomada por esta Relatoria.

VI. Unanimemente, negou-se provimento ao Agravo Legal.

No apelo especial, a parte recorrente alega ofensa ao art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, sustentando, em síntese, que o valor da verba honorária foi fixado em valor exorbitante.

Contrarrazões às fls. 1178-1189.

Decisão de admissão do recurso na Corte de origem à fl. 1195-1196.

É o relatório. Decido.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que os valores fixados a título de honorários advocatícios somente podem ser modificados em situações excepcionais, quando se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, de modo a afrontar os parâmetros da razoabilidade.

Ademais, também já restou definido pela jurisprudência do STJ que, vencida a Fazenda Pública, para a fixação do *quantum* dos honorários advocatícios, o magistrado deve levar em consideração o caso concreto em face das circunstâncias previstas no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC, utilizando-se do juízo de equidade e podendo adotar como base de cálculo o valor da causa, o valor da condenação ou mesmo arbitrar valor fixo, não ficando adstrito aos percentuais legalmente previstos (posicionamento firmado, inclusive, sob o rito dos recursos representativos de controvérsia: REsp 1.155.125/MG, Rel. Min. Castro Meira, Primeira Seção, DJe de 6/4/2010).

No caso, tenho que o montante fixado pela Corte *a quo*, 5% sobre o valor da execução, justifica a revisão do juízo de equidade proferido pela instância local, tendo em conta o valor da execução (R\$ 688.816,37).

Assim, deve ser reduzida, a verba em questão, para o percentual de 1% (um por cento) sobre o valor executado.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. JUÍZO DE EQUIDADE.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).
2. A jurisprudência desta Corte Superior admite a revisão do juízo de equidade referente à fixação de honorários advocatícios (art. 20, § 4º, do CPC/1973) quando o valor arbitrado é irrisório ou exorbitante.
3. Hipótese em que, consideradas a natureza da ação e a baixa complexidade da matéria - atinente à condenação da UNIÃO no pagamento das diferenças decorrentes da subestimação do valor mínimo nacional do FUNDEF, averiguadas de acordo com o art. 6º da Lei n. 9.424/1996, referentes aos anos de 2002 a 2006 -, que já foi objeto de julgamento pelo regime dos recursos repetitivos, revela-se desproporcional a verba honorária de sucumbência arbitrada em R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), consistente em 5% do valor da condenação, razão pela qual é de rigor a redução para 1% do quantum alusivo à condenação.
4. Agravo interno não provido (AgInt no REsp 1.519.915/DF, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 4/5/2018).

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO

RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESPROPORCIONALIDADE NÃO CONFIGURADA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado.

Aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II - Considerando as peculiaridades do caso concreto, a condenação em honorários advocatícios fixada no percentual de 1% do valor atualizado da causa não configura desproporcionalidade.

III - Não apresentados argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V - Agravo Interno improvido (AgInt no REsp 1.715.246/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 16/4/2018).

Ante o exposto, **conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial**, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES  
Relator